



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM ECONOMIA
POLÍTICA

Evolução da economia brasileira
Conjuntura Econômica do Brasil
Setembro de 2004

Anita Kon

A conjuntura econômica brasileira no mês de Setembro apresentou de uma maneira geral expectativas favoráveis para o futuro, embora com algumas restrições reveladas por alguns indicadores relevantes.

No início do mês, as taxas de inflação mostraram uma ligeira elevação, desde que alguns setores, como de máquinas e equipamentos, veículos automotores e máquinas, aparelhos e materiais elétricos, pressionados pela demanda, reajustaram seus preços com o objetivo de reposição de margens de lucro. Setores como Siderurgia, papel e papelão, máquinas, equipamentos e caminhões e borracha também elevaram seus preços devido ao crescimento da demanda e o nível de utilização da capacidade em suas fábricas já superou 90%. O Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna superou as expectativas e encerrou agosto com alta de 1,31%, continuada em Setembro, impulsionado por aumentos de produtos no atacado, cujo consumo está aquecido. O aumento do petróleo, que voltou a quebrar recordes no final do mês, também contribuiu para o ajuste de preços setorial.

No entanto, no final de Setembro, alguns índices ficam abaixo das expectativas de mercado e registram recuos nos preços de atacado, varejo e construção. O Índice Geral de Preços do Mercado superou as estimativas mais otimistas do mercado e recuou para 0,69%, a partir de alta de 1,22% do mês anterior. Maior destaque para a queda se verificou nos preços dos alimentos no atacado e no varejo, levados pela desaceleração dos produtos agrícolas em virtude do câmbio favorável e fatores climáticos. Também o Índice de Preços ao Consumidor -15 revelou desaceleração da inflação (0,49%), sem a pressão de reajustes de serviços públicos. As perspectivas mostram que entre os fatores que podem afetar o desempenho da inflação no próximo mês, estão os dissídios coletivos e reajuste dos combustíveis.

Com relação à inadimplência, no início do mês verificou-se uma alta determinada pela oferta maior de crédito e fatores sazonais, porém já no final do mês a inadimplência com cheques no

Estado de São Paulo (pólo econômico brasileiro) diminuiu em agosto e registrou o menor volume de devoluções para o mês desde 2000.

A taxa de desemprego apresentou estabilidade, após 3 meses consecutivos de queda, porém o índice de dois dígitos registrado em agosto (11,4%) ainda é alto. No entanto observou-se que o rendimento médio real dos trabalhadores voltou a cair após uma recuperação no mês anterior. Estes indicadores mostram juntamente com os últimos dados da indústria e do comércio, que existem sinais de desaceleração no ritmo de crescimento da economia, embora isso não represente uma reversão da tendência de crescimento econômico, mas apenas o fato de que em alguns setores a demanda já está satisfeita. Foi observado ainda que a indústria e o comércio elevaram as horas extras, gerando poucas vagas. Indicadores mostram que o crescimento do PIB não está mais concentrado apenas na indústria e o setor de serviços acumulou uma expansão de 2,8% no semestre em relação ao mesmo semestre de 2003. A indústria também registrou, no período, expansão de 4,7%, que começa a causar efeitos multiplicadores em toda a cadeia produtiva. A reação dos serviços inclui comércio, transportes, comunicações e instituições financeiras e de uma alta de 0,5% nos primeiros três meses do ano em relação ao último trimestre de 2003, os serviços se expandiram em 2,5% no segundo trimestre de 2004 em relação ao primeiro.

Porém o crescimento da indústria foi mais expressivo, considerando-se a base de comparação baixa dada pelos meses iniciais do ano de 2003. Os bens de capital (grupo que abrange máquinas e equipamentos industriais e equipamentos pesados de transporte como caminhões) e os bens de consumo duráveis (como automóveis e eletro-eletrônicos) tiveram alta de quase 25%, enquanto os bens intermediários (como o aço e os produtos químicos) cresceram pouco menos de 7%. No entanto, os bens de consumo básicos (semiduráveis e não-duráveis e inclui itens como roupas, calçados, alimentos industrializados e artigos de higiene e limpeza) continuam a apresentar resultados muito mais fracos, pois nos sete primeiros meses do ano, a produção desse grupo foi apenas 2% maior do que entre janeiro e julho de 2003. Este desempenho relativamente inferior foi devido a (a) forte redução da renda média dos trabalhadores ocupados, que diminuiu o poder de compra do consumidor médio; b) encarecimento relativo de alguns itens da cesta de consumo (com destaque para a energia elétrica, a telefonia e o transporte urbano); e c) a retomada das vendas de bens de consumo duráveis iniciada em meados do ano passado significou o comprometimento de uma parcela crescente dos orçamentos domésticos com o pagamento de prestações, limitando o espaço para uma retomada mais firme do consumo básico.

Por outro lado, a Balança Comercial registrou superávit recorde de US\$ 24,9 bi no ano. O

saldo comercial de setembro de 2004 já é maior do que o registrado ao longo de 2003. As exportações superaram as importações em US\$ 24,888 bilhões, garantindo um saldo comercial recorde, mesmo num ano em que as importações já são as maiores da história, pois as exportações cresceram mais rapidamente que as importações. O Brasil foi favorecido pelo aumento nos preços de algumas commodities, como soja e aço.

Em meados de Setembro o Banco Central (BC) elevou os juros básicos da economia em 0,25 pontos percentual e indicou que novos aumentos devem ocorrer nos próximos meses. A taxa mensal oficial de juros (Selic) foi fixada em 16,25% ao ano. O BC comunicou que a alta da taxa é necessária para que "a trajetória da inflação não prejudique a recuperação da renda real, preservando, assim, o crescimento sustentado da economia". A projeção para Selic no fim do ano fica em 17%.

O governo continua adotando uma receita ortodoxa, ao elevar a meta fiscal do superávit primário de 4,25% para 4,5% do PIB em 2004, para evitar maior aumento na taxa de juros, o que equivale a uma economia adicional de R\$ 4,189 bilhões. Isto foi possível graças ao crescimento da arrecadação, que voltou a bater recorde em Agosto. Esse aumento reflete, principalmente, a maior arrecadação da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), cujas alíquotas e base de cálculo foram alteradas e passou a ser cobrada também sobre produtos importados, o que resultou em arrecadação extra de R\$ 6,819 bilhões de janeiro a agosto. A economia que o setor público (União, Estados, municípios e estatais) já havia conseguido um superávit primário (receitas menos despesas, exceto o pagamento de juros), graças à arrecadação recorde de impostos e à redução nos investimentos públicos. Este superávit de 5,82% do PIB, que possibilitou o pagamento recorde de juros da dívida. E o cumprimento antecipado da meta acertada no acordo do Brasil com o FMI.

No entanto, apesar das tendências animadoras de crescimento econômico, o FMI observou que o Brasil cresceu menos que a média mundial, dos países da América Latina, do Mercosul, da Ásia e da África. O desempenho brasileiro será um dos melhores dos últimos anos, mas não reflete a mesma intensidade de outros países emergentes no cenário otimista da economia mundial.

EITT/PUCSP - Grupo de Pesquisas em Economia Industrial, Trabalho e Tecnologia
Contatos: anitakon@pucsp.br

São Paulo/Brasil